

Nova lei acaba com isenção tributária para parte das organizações sem fins lucrativos

Lei Complementar nº 224, de 2025, passa a impor incidência de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins

Por **Beatriz Olivon** — De São Paulo

14/01/2026 05h03 · Atualizado agora

Presentear matéria



Eduardo Szazi: não há garantias de que o percentual não poderá aumentar no futuro — Foto: Divulgação

Ao reduzir **benefícios fiscais**, a **Lei Complementar nº 224**, de 2025, também acaba com a **isenção** de algumas **organizações sem fins lucrativos**. Permanecem **isentas** apenas as que se enquadrarem como **Organizações Sociais (OS)** e **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips)**, classificações que nem todas conseguem obter.

Para as organizações que não se enquadrarem nessas classificações, a tributação, que incluirá Imposto de Renda (IRPJ), CSSL, PIS e Cofins, passará a ser de cerca de 10% da alíquota do sistema padrão de tributação, segundo advogados ouvidos pelo **Valor**.

Leia também:

Genial/Quaest: 56% avaliam que Lula vencerá se disputar com alguém da família Bolsonaro

Tesouro piora projeção para dívida pública do Brasil

O alcance da medida ainda é pouco percebido, mas pode atingir diversas organizações da sociedade civil, segundo o advogado Eduardo Szazi, sócio do

“Associações, clubes de futebol, clubes recreativos, museus e milhares de associações culturais, científicas e sociais que não são imunes nem qualificadas como Oscip ou OS passarão a pagar Imposto de Renda, CSLL e PIS/Cofins, com consequências diretas para a cultura, o esporte, a assistência social e a própria democracia associativa no Brasil”, diz o advogado.

LEIA MAIS: Receita Federal pode restringir compensação de benefícios de ICMS por contribuintes

Ele alerta ainda que não existem garantias de que o percentual não poderá aumentar no futuro. Szazi acrescenta que a lei afeta também ONGs, orquestras, organizações gestoras de fundos patrimoniais e associações comerciais.

“

Pela anterioridade, o Imposto de Renda só deveria incidir no próximo ano”

— Giancarlo Matarazzo

Entre as que continuam isentas estão cerca de 660 mil organizações sociais ativas no país, segundo mapa do Ipea, e 6 mil Oscips, de acordo com dados da Confederação Brasileira das Oscips (OSCIP/BR). A qualificação de entidade social como Oscip é feita

pelo Ministério da Justiça e considera a celebração de um termo de parceria com o poder público.

Menu



Valor
ECONÔMICO

Legislação

Cidadania

precisam ser dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura ou à saúde.

A lei não traz alterações para as instituições consideradas imunes, que mantêm a proteção da Constituição para não serem tributadas. A categoria das imunes contempla entidades religiosas, suas organizações assistenciais e beneficentes, partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

As isentas estão em outro grupo. “Isenções são benefícios tributários que o governo tira quando quer”, diz o advogado Eduardo Szazi.

O PIS e a Cofins, explica, incidem sobre a receita bruta. O IR e a CSLL sobre o superavit, já que não há lucro a ser distribuído para sócios. “O setor sem fins lucrativos não distribui lucros e agora será tributado.”

De acordo com Adriano Subirá, presidente do Comitê Tributário Brasileiro (CTB), a ideia da LC 224 era de uma redução geral nos benefícios fiscais. Por isso, algumas entidades sem fins lucrativos também estão abrangidas.

“A renúncia fiscal é uma política pública. Se é investimento, espera-se retorno e uma duração”, afirma ele, ao destacar que a extensão de benefícios para diversos setores, sem metas, nem prazo certo, tornava difícil a retirada deles.

O gasto tributário para este ano foi estimado em R\$ 612,84 bilhões. O demonstrativo de gastos tributários do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deste ano, que foi usado como base para o corte de benefícios, aponta que o Simples Nacional é o gasto tributário de maior participação no valor total (21,91%).

Em seguida, vêm os benefícios atrelados à agricultura e agroindústria (12,93%), dos rendimentos isentos e não tributáveis referentes ao IRPF (10,31%), das entidades sem fins lucrativos - imunes/isentas (9,13%) e das deduções de rendimentos tributáveis sobre IRPF (6,80%).

Mesmo eventual existência de fraudes nas entidades filantrópicas, pondera Eduardo Diamantino, sócio do Diamantino Advogados Associados, não justificaria a redução

Menu



Valor^{ECONÔMICO}

Legislação

Cidadania

O advogado Giancarlo Matarazzo, sócio do Pinheiro Neto, aponta alguns questionamentos que podem aparecer no Judiciário, por causa de algumas questões técnicas da norma. Um deles é a cobrança do IR já este ano. A lei orçamentária, que é a base para a retirada da isenção das entidades sem fins lucrativos, ainda não foi publicada (Projeto de Lei nº 15, de 2025).

“Não é o que a lei complementar prevê mas, teoricamente, pelo princípio da anterioridade, o IR só deveria incidir no próximo ano e, as contribuições sociais, depois de 90 dias da publicação da lei orçamentária e seu anexo”, afirma o advogado.

Para Tiago Conde, sócio do Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados, destaca que a nova legislação cria insegurança jurídica. Isso porque a LC 224 não revoga de forma explícita as isenções. “A lei não diz claramente quem fica de fora, abrindo espaço para interpretações fiscais restritivas”, aponta. Ainda segundo Conde, a norma ignora a função social de várias entidades, praticando um corte genérico, como se todos os benefícios tivessem a mesma natureza econômica.

O Ministério da Fazenda, por meio de nota, informa que a Lei Complementar nº 224, de 2025, ajusta os critérios para a concessão de benefícios fiscais às entidades sem fins lucrativos, mantendo as isenções para aquelas que atendem aos requisitos legais já previstos, como Organizações Sociais e Oscips. “Não se trata de uma medida direcionada a tipos específicos de entidades, mas de um aprimoramento do enquadramento jurídico dos benefícios”, afirma a nota.

Quanto ao gasto tributário, a Receita Federal atualmente divulga os dados de forma agregada, por grandes grupos, como associações civis, educacionais e de saúde, não havendo desagregação entre Oscips, Organizações Sociais e demais entidades. De acordo com a Fazenda, a mensuração mais detalhada dos impactos da LC n 224 ainda está em análise pelas áreas técnicas.



Acompanhe os mercados com nossas ferramentas [ACESSAR GRATUITAMENTE >](#)

Conteúdo publicitário

Especialista revela: O maior inimigo do intestino saudável

Nutricionista revela em entrevista o real motivo do aumento da prisão de ventre entre brasileiros

Barriga Leve em Pauta | Patrocinado

Saiba Mais

Pessoas com bolsa nos olhos devem ler isto

“As mulheres ficam chocadas quando vêem como é fácil conseguir uma aparência significativamente mais jovem, se você pode tirar 1 minuto do seu dia, você pode ter ...

Publicado agora — Botox Natural Em Casa | Patrocinado

Saiba Mais

Brasileiros estão preferindo esse novo modelo de Ar Portátil que custa R\$397,90

O novo Ar Portátil já é o mais vendido do ano, não precisa de instalação e esfria o ambiente em até 3 minutos...

Ar Condicionado Vertical | Patrocinado

Novo Ar gela quarto em 3 minutos e não precisa de instalação

Novo modelo de ar portátil vertical vira febre no Brasil devido a onda de calor estar chegando

Ar Condicionado Vertical | Patrocinado

Leia mais

Mais do Valor **Econômico**



AO VIVO

Ibovespa amplia alta e dólar opera estável após 'susto' com suspensão de vistos americanos a 75 países, incluindo o Brasil

Pesquisa Genial/Quaest indica redução da distância entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e possíveis adversários da direita

14/01/2026, 12:00 — Em Finanças

Toffoli cobra suposta 'inércia' da PF em cumprir medidas contra cunhado de Vorcaro

Segundo o ministro do STF, as diligências foram pedidas em 6 de janeiro e autorizadas no dia seguinte, com ordem subsequente para cumprimento no prazo de 24 horas a partir de segunda-feira (12)

14/01/2026, 12:00 — Em Finanças



Superintendentes da CVM pedem servidor de carreira em última vaga para o colegiado

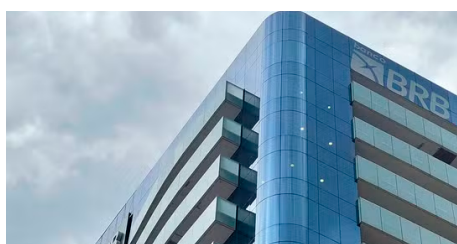
Documento, assinado por 19 de 20 superintendentes do órgão regulador do mercado de capitais, foi divulgado aos participantes do mercado e endereçado ao governo federal e ao Congresso Nacional

14/01/2026, 11:58 — Em Finanças



Participantes do mercado também aguardam uma decisão da Suprema Corte americana sobre as tarifas comerciais impostas por Donald Trump

14/01/2026, 11:57 — Em Finanças



BRB se reúne com liquidante do Master e avança tratativas para reaver recursos

Segundo o BRB, bloqueio de bens amplia as chances de devolução dos recursos ao banco, fortalecendo as medidas de recuperação

14/01/2026, 11:40 — Em Finanças



EUA suspendem processamento de vistos de 75 países, entre eles o Brasil, diz TV

Medida teria como objetivo esforço para coibir a entrada de pessoas consideradas propensas a se tornarem um "encargo público"

14/01/2026, 11:35 — Em Mundo



Toffoli havia negado diligências contra Vorcaro, mas reconsiderou após novo pedido da PF

Na decisão, ele diz que a Polícia Federal (PF) apontou "a prática de novos ilícitos, supostamente cometidos pelo investigado", o que tornaria necessária a "colheita de elementos probatórios complementares"

Menu



Valor
ECONÔMICO

Legislação

Cidadania



Senado dos EUA prepara votação para limitar poderes militares de Trump na Venezuela

Trump atacou duramente cinco senadores republicanos que se uniram aos membros do Partido Democrata para permitir o avanço da proposta no Congresso

14/01/2026, 11:20 — Em Mundo

VEJA MAIS

SIGA



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST

SGR
SISTEMA GLOBO DE RÁDIO

Valor

Edição impressa

O Globo

Extra

Valor PRO

CBN

Menu



ECONÔMICO
Valor

Legislação



Cidadania

Revistas e Anuários

Casa e Jardim

Seminários

Casa Vogue

Valor 360

Pipeline

Valor Investe

Valor One

Valor Pro

Crescer

Monet

Época Negócios

Quem

Galileu

PEGN

Glamour

Rádio Globo

Globo Rural

TechTudo

GQ

Um Só Planeta

Marie Claire

Vida de Bicho

Vogue

QUEM SOMOS

FALE CONOSCO

TERMOS E CONDIÇÕES

TRABALHE CONOSCO



© 1996 - 2024. Todos direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.